

# O AGRONEGÓCIO NO BRASIL E A PRODUÇÃO CAPITALISTA DO TERRITÓRIO<sup>1</sup>

## AGRIBUSINESS IN BRAZIL AND CAPITALIST PRODUCTION TERRITORY

Gustavo Henrique Cepolini FERREIRA<sup>2</sup>

**Resumo:** O agronegócio no Brasil trouxe inúmeras implicações no que se refere às dinâmicas territoriais, econômicas, sociais e políticas. Nesse contexto, o presente texto procura identificar e refletir sobre tais dimensões a partir de um breve levantamento histórico do termo, relacionando o discurso da agricultura mundializada e a possível crise dos alimentos frente os agrocombustíveis, destacando ainda o uso e a produção capitalista do território como uma lógica perversa que implica novos olhares, e, portanto, novas intervenções teóricas e empíricas para os estudos agrários.

**Palavras-chave:** Agronegócio. Agrocombustíveis. Campesinato. Território.

**Abstract:** The agribusiness in Brazil has brought many implications with regard to the territorial dynamics, economic, social and political. In this context, this article seeks to identify and reflect such dimensions from a brief historical survey of the term, relating the discourse of globalized agriculture and possible food crisis facing agrofuels, further highlighting the use and capitalist production of space as a perverse logic that means new looks, and therefore new theoretical and empirical interventions for agrarian studies.

**Key words:** Agribusiness. Agrofuels. Peasantry. Territory.

### Introdução

Os estudos sobre o campo brasileiro devem ser apreendidos a partir das contradições impostas pelo capital, e, sobretudo, em função das políticas econômicas em consonância com os interesses internacionais.

Nesse contexto, o presente texto tece algumas considerações sobre o agronegócio e o *agribusiness* no Brasil, entendendo sua inserção na lógica de produção mundializada, sobretudo como consequência da modernização implementada no campo e na cidade.

Abordaremos, também, as principais discussões sobre as agroenergias contextualizando os problemas na comercialização e na agricultura, assim como a industrialização no campo.

Realizaremos um breve debate que permeia as contradições das políticas internacionais e, portanto, atingem o âmago central da produção nos parâmetros do agronegócio. Ressalta-se também que os desafios para refletir o campo, principalmente no que se refere à produção camponesa em conflito com o agronegócio, são apropriações avessas que formam e transformam o espaço rural; e, nesse sentido, a Geografia especialmente através dos estudos agrários tem contribuído para compreensão da dinâmica espacial e territorial.

Como ponto de partida para compreensão do uso do território para o processo de produção, tem-se a prerrogativa que:

---

<sup>1</sup> Discussão inicial da pesquisa de mestrado em andamento.

<sup>2</sup> Geógrafo, mestrando em Geografia Humana - USP. Pesquisador do Laboratório de Agrária USP. Professor da Rede Sesi e Centro Universitário Claretiano. E-mail [gustavocepolini@gmail.com](mailto:gustavocepolini@gmail.com)

O processo capitalista inicia-se com a organização da produção, com a finalidade de extrair mais-trabalho da força-de-trabalho empregada. O processo de produção ocorre no espaço. O primeiro “uso” do território, que devemos, portanto considerar é o produtivo. O território entra diretamente no processo de produção como **capital constante**: como “matéria-prima” (é o caso da produção agrícola) ou como “espaço” (produção industrial). (CALABI; INDOVINA, 1973, p. 02; *grifo dos autores*)

A indagação de Calabi e Indovina (1973) remete ainda, às formas que o capital se apropria dos recursos, e, sobretudo, às variações entre o campo e a cidade, sem, no entanto, desvincular o capital - que continua “intocável” perante a dinâmica territorial imposta pelo agronegócio.

### **Agronegócio no Brasil: breve historiografia**

O agronegócio no Brasil envolve uma série de questões em destaque: as econômicas, as sociais e, sobretudo, as referentes à política, uma vez que a produção agrícola e a comercialização em larga escala por si não explicam os interesses propiciados pelo termo.

Fernandes (2010) aponta que o agronegócio é o novo nome de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista, cuja origem está no sistema de *plantation*, em que grandes propriedades são utilizadas na produção para exportação.

A palavra agronegócio é nova (década de 1990), e é também uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista. O latifúndio carrega em si a imagem de exploração, trabalho escravo, extrema concentração da terra, coronelismo, clientelismo, subserviência, atraso político e econômico. É, portanto, um espaço que pode ser ocupado para o desenvolvimento do país: latifúndio está associado à terra que não produz e pode ser usada para reforma agrária. A imagem do agronegócio foi construída para renovar a imagem da agricultura capitalista, para “modernizá-la”. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para relevar somente o caráter produtivista. Houve o aperfeiçoamento do processo, mas não a solução dos problemas: o latifúndio efetua a exclusão pela improdutividade, o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade (FERNANDES, 2010, p. 01).

Considerando esse cenário, é possível entender parte da lógica em que o agronegócio se encontra: uma complexidade que incide na diversidade, ou seja, utiliza-se da produção para viabilizar novos empreendimentos e conseqüentemente mascarar o controle da terra e do capital.

Oliveira (2006) afirma que o *agribusiness* reconhecido como monocultivo de exportação ganhou sua expressão na língua portuguesa como agronegócio. O autor ressalta a necessidade de distinção entre as atividades econômicas visto que a agri-cultura visa produzir alimentos, enquanto o agro-negócio visa à produção de *commodities* (mercadorias) para o mercado mundial.

A expansão dos produtos de exportação está colocando em risco a produção de alimentos, uma vez que tem ocasionado a diminuição da área plantada de arroz, feijão e mandioca, por exemplo. Isto faz com que o Brasil, apesar de sua enorme disponibilidade de terrenos agricultáveis, importe gêneros alimentícios.

Também podemos mencionar, nesse processo contraditório, o aumento do uso dos agrotóxicos, do desmatamento e da ocorrência de demais impactos nas áreas de expansão do agronegócio, especialmente por causa da cana-de-açúcar e da soja.

O agronegócio é devastador. Imensas áreas de florestas e do cerrado estão sendo ilegalmente desmatadas, secando nascentes e mananciais, sugados pelo ralo das monoculturas, pastos de capim, carvoarias, mineradoras e madeireiras. Os agrotóxicos, despejados por aviões e tratores, estão contaminando solos, águas, ar e as plantações camponesas, causando doenças e mortes (CANUTO, 2004, p. 117).

Retornando a diferenciação entre agronegócio e *agribusiness*, podemos verificar o uso das marcas no processo de industrialização que incorporou a produção agrícola.

Nesse contexto, verificamos a utilização de expressões como “complexo agroindustrial” e “sistema agroindustrial” com as quais se valoriza a relação direta, com a transformação da matéria-prima em novas mercadorias, com extremo valor agregado.

Segundo Welch (2010):

[...] o conceito de *agribusiness* virou moeda corrente nos EUA nos anos 50, através do trabalho do economista da Universidade de Harvard John Davis. Davis só botou nome apropriado num sistema já existente. Desde o início das colônias inglesas, os interesses agrícolas da região eram sempre voltados para comércio. A partir do século 19, investidores norte-americanos já começaram exportar várias técnicas de produção e comercialização. Os investidores não ficaram satisfeitos em explorar as vantagens comparativas de ambientes diversos (WELCH, 2010, p. 01).

Welch (2010) afirma categoricamente que o governo dos EUA incentivou a Revolução Verde como uma garantia para introdução da mecanização nos novos mercados, o que, em parte, nos auxilia na compreensão dos interesses em transferir tecnologias.

As novas regras e as novas tecnologias genéticas permitiram a mundialização do modelo *agribusiness*. Com a meta de maximizar lucros através o controle de custos de produção e comercialização, com um nível de controle que vem da semente até a embalagem do produto, o agronegócio tem sido representado como forma mais avançada de capitalismo no campo. Vale a pena considerar o modelo em seu próprio contexto – a história dos EUA – para pensar melhor o que significou o agronegócio para os pequenos lavradores do país (WELCH, 2010, p. 02).

Cabe destacar, conforme os estudos de Megido e Xavier (2003), que o termo *agrobusiness* foi cunhado a partir da construção de uma metodologia para estruturação da cadeia agroalimentar.

Por essa razão, desde meados da década de 1970, o referido termo tratava de um processo que envolve alimentos, fibras e biomassa. Portanto, é, segundo os autores, muito maior que simplesmente a produção rural, utilizando, para tanto, o exemplo de que o *agribusiness* representa cerca de ¼ da economia mundial.

Oliveira (2007), analisando esse mesmo período, acrescenta o melhoramento genético em todas as fases do processo de produção, o que nos revela que todos agentes envolvidos estão produzindo matérias-primas agropecuárias, e nesse fazer, estão subordinados às cadeias produtivas do agronegócio.

Para os camponeses e também para os chamados de agricultores familiares só há um lugar submisso neste projeto: integrarem-se às cadeias produtivas do agronegócio, tornarem-se empreendedores, fazendo de sua produção agropecuária um “**agronegocinho**” (OLIVEIRA, 2007, p. 149, *grifo do autor*).

Montoya e Guilhoto (2000, p. 04) afirmam que o termo agronegócio integra agricultura e indústria. Nesse sentido, afirmam que: “[...] a produção rural passou a se situar, economicamente, entre as indústrias produtoras de bens e insumos para a agricultura (a montante), e as indústrias processadoras e de serviços de base agrícola (a jusante).”

Mesmo com as restrições em relação ao volume total do comércio, Montoya e Guilhoto (2000) identificam uma expressiva participação do Brasil na geração de riqueza. Na Tabela 1, veremos alguns dados relativos ao PIB brasileiro.

**Tabela 1: Valores (US\$ Milhões) e Participação Relativa do Agronegócio no Produto Interno Brasileiro – período 1959 a 1995**

| Anos | Agronegócio  |            | PIB brasileiro |            |
|------|--------------|------------|----------------|------------|
|      | US\$ milhões | Percentual | US\$ milhões   | Percentual |
| 1959 | 6.629        | 51,40      | 12.899         | 100,00     |
| 1970 | 12.115       | 37,08      | 32.673         | 100,00     |
| 1975 | 36.255       | 35,82      | 101.207        | 100,00     |
| 1980 | 69.128       | 32,56      | 212.309        | 100,00     |
| 1985 | 69.670       | 34,97      | 199.249        | 100,00     |
| 1990 | 124.560      | 31,57      | 394.562        | 100,00     |
| 1995 | 171.826      | 28,91      | 594.391        | 100,00     |

Fonte: (PRIMÁRIA s/d *apud* MONTOYA; GUILHOTO, 2000, p. 20).

Observe que, embora tenha um declínio no percentual, o valor total dos produtos oriundos do agronegócio aumentou nas últimas décadas. Isso é muito significativo, especialmente quando tratamos da produção e exportação dos produtos agrícolas; tal dimensão ainda é muito debatida visto a inserção do Brasil no comércio mundial, bem como o significado particular do agronegócio.

Oliveira (2003, p. 15) tece a seguinte indagação: “[...] qual o papel das exportações brasileiras no comércio mundial e em seu interior, qual o papel do agronegócio”?

Ao responder a essa pergunta, apresenta dados que demonstram que o país não atingiu o mesmo patamar das exportações mundiais de 1980, compreendendo portanto que há um

crescimento relativo. No Quadro 1, podemos analisar os dados dos principais produtos exportados:

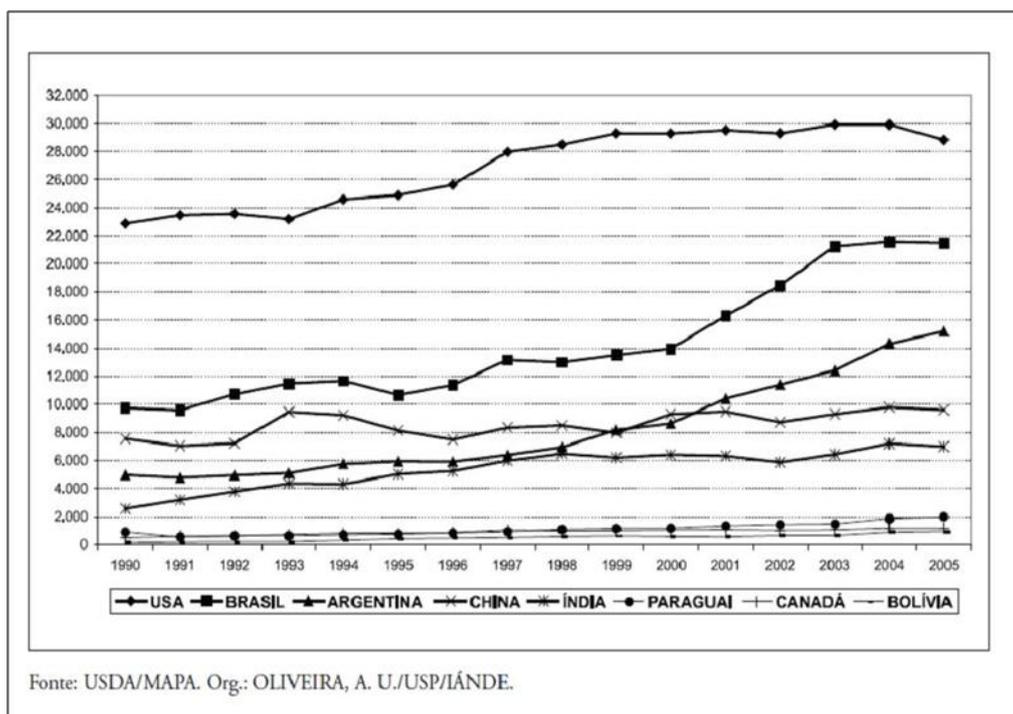
**Tabela 2: Panorama da Produção e Participação na Exportação dos Principais Produtos Brasileiros em 2006**

| Produto         | Produção                                      | Exportação (US\$) |
|-----------------|---|-------------------|
| Bovinos         | 195 milhões cabeças                           | 3 bilhões         |
| Soja            | 50 milhões toneladas                          | 10 bilhões        |
| Café            | 38 milhões sacas                              | 2 bilhões         |
| Açúcar e Álcool | 26,5 milhões toneladas e<br>15 bilhões litros | 3 bilhões         |
| Aves            | 9,3 milhões toneladas                         | 3,2 milhões       |
| Suínos          | 2,8 milhões toneladas                         | 1,165 bilhão      |
| Algodão         | 2,7 milhões toneladas                         | 460 milhões       |
| Leite           | 25 bilhões litros                             | 160 milhões       |
| Laranja         | 17 milhões toneladas                          | 9 milhões         |

Fonte: (PRIMÁRIA 2007 *apud* PAIVA JÚNIOR, 2009, p. 52).

Um dos grandes potenciais do Brasil quanto à exportação é a soja, a qual teve uma grande expansão nas últimas décadas, o que nos tornou o segundo maior exportador, perdendo apenas para os EUA. Na Figura 1, podemos analisar a evolução do Brasil e dos demais produtores.

**Figura 1: Soja - Evolução da Área Cultivada (em mil hectares)**



Fonte: (PRIMÁRIA s/d *apud* OLIVEIRA, 2006, p. 29).

Cabe ressaltar o papel dos países da América do Sul que produzem sob o regime internacional. Nesses países, foram introduzidos, além da mecanização, diversos pacotes, como por exemplo as sementes transgênicas.

Oliveira (2007), analisando as implicações da produção da soja, tece uma discussão sobre o mito em torno do grão, destacando que:

[...] a mídia tratou de esconder também, o óbvio: não é a soja o principal grão no mercado mundial. Ao contrário, entre os grãos mais importantes do mercado mundial estão os principais alimentos da humanidade: arroz, milho e trigo. A produção destes individualmente supera a casa dos 600 milhões de toneladas cada, enquanto que a soja produz apenas 200 milhões de toneladas, ficando em quarto lugar. Entretanto, quem vê como a mídia tem tratando a produção de soja, parece que ela é a principal cultura do mundo. É importante frisar que esta posição tem o objetivo de mostrar igualmente a importância das grandes empresas do agronegócio. Assim, idolatram as empresas multinacionais e nacionais dos grãos e de outros setores, tais como: ADM, Cargill, Bunge, Louis Dreyfus, Amaggi, Caramuru, Cutrale, Citrusuco, Votorantin, Nestlé, Danone, Aracruz, Friboi, Bertin, etc. Dessa forma, as elites nacionais vão se tornando proprietárias de terras e capitalistas da agricultura para produzirem mercadorias para o mercado mundial. Estas elites são, portanto, parceiras e muitas vezes sócias dos monopólios mundiais do agronegócio. Não há diferença entre eles, pois as elites defendem aqui os interesses do capital mundial. São estas elites que estão grilando as terras públicas do país (2007, p. 148).

Fernandes (2008), discutindo a disputa territorial e os tipos de territórios, nos fornece elementos dos conflitos presentes nas transnacionais que disputam os territórios para produção de mercadorias, tal como a soja. Um exemplo evidente desse processo é a compra

de terra por parte das transnacionais que passam a controlar o mercado de agrocombustíveis. O segundo exemplo são as propagandas, nas quais essas mesmas transnacionais passam a controlar o ideário cotidiano, conforme indica a figura 2.

**Figura 2: Propaganda da Transnacional Syngenta Representando Área de Quatro Países Onde Predomina o Monocultivo da Soja.**

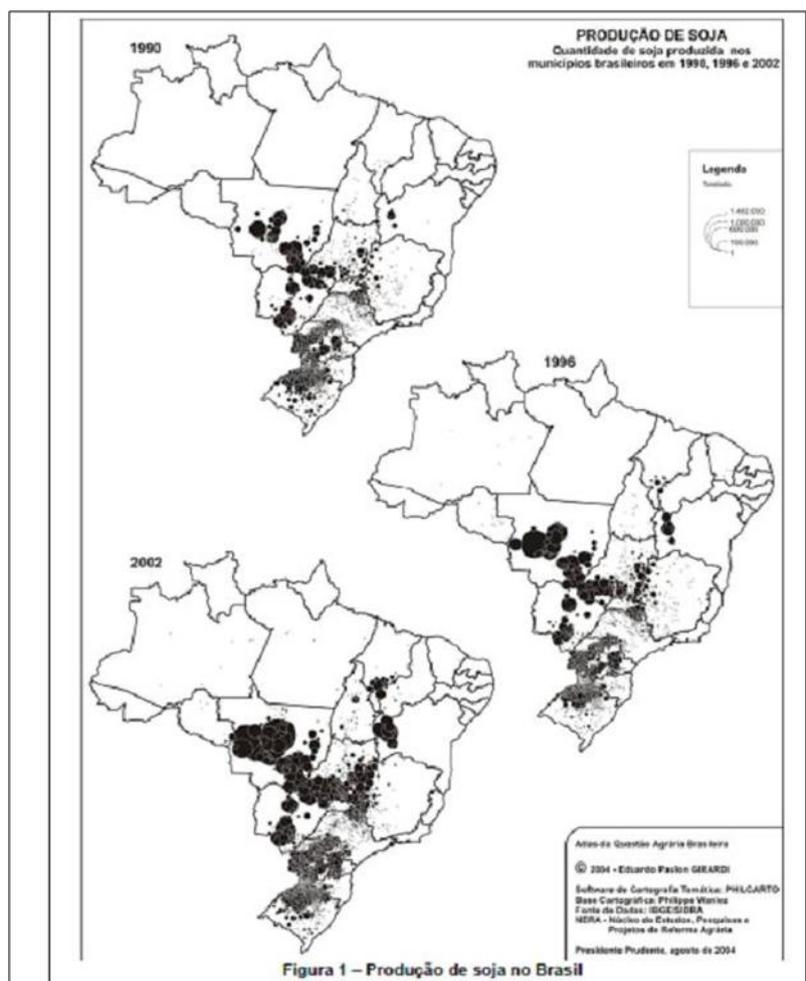


Fonte: Disponível em: <<http://www.agropecuaria.org/analisis/RepublicaSoja.jpg>>. Acesso em: 6 mai. 2010.

A Figura 3 nos permite analisar a espacialização da soja no Brasil. Ao visualizá-la, é importante entender que, por meio do crescimento progressivo da produção de soja no Brasil, houve também o crescimento da participação desta cultura no valor da produção agrícola na maioria dos estados, em destaque: Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Goiás<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> A soja não é a única *commodity* que trouxe implicações na organização e produção capitalista do território. Welch e Fernandes (2008) discutem a questão da laranja no âmbito brasileiro e estadunidense. Bombardi (2009) analisa a expansão do cultivo da cana-de-açúcar no estado de São Paulo, compreendendo as contradições que envolvem este processo, mascarado sob o signo de moderno. Grotão (2008) tece considerações muito profícuas sobre a devastação do cerrado produzida pelo avanço da fronteira agrícola e agropecuária – o agronegócio. Portanto, falar em luta entre o campesinato e o agronegócio requer uma análise profunda da terra de trabalho e de negócio da qual Martins (1996) fala. Nesse contexto, a luta de classes está posta de forma heterogênea no campo brasileiro, ou seja, tem características peculiares e regionalistas, como exemplo os colonos no sul, o caipira no interior de São Paulo, os quilombolas e indígenas, os ribeirinhos e seringueiros, meeiros entre tantos que se recriam no desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo.

**Figura 3: Produção de Soja no Brasil.**



Fonte: (GIRARDI; FERNANDES, 2010, p. 04-5).

A soja foi o gênero agrícola que mais cresceu no período 1990-2002. Outros produtos também tiveram crescimento, porém não tão grande. Selecionamos alguns produtos e seus respectivos crescimentos no período 1990-2002: algodão: 21,5%; amendoim: 41,2%; arroz: 40,9%; batata inglesa: 40%; cana-de-açúcar: 38,7%; feijão: 37,1%; milho: 68,3%; soja: 111,7%. A batata-doce teve um decréscimo de 21,8% e a mandioca, de 5,2%. O extrato de área que mais produziu soja em 1996 foi o de 200 a menos de 500 hectares (GIRARDI; FERNANDES, 2010, p. 4-5).

A espacialização da soja por diferentes estados brasileiros revela simultaneamente a expansão da fronteira agrícola e os interesses da economia mundializada. Cabe, portanto, enfatizar o papel das políticas públicas no que tange a essa *commoditie*, pois o acréscimo dessa monocultura inibe a produção de outros gêneros agrícolas oriundos da agricultura camponesa, que vivencia fortes especulações em função dessa fronteira agrícola sob a convivência das políticas públicas.

## Agricultura mundializada e a crise dos alimentos

Oliveira (2003; 2007) critica o processo de desenvolvimento da agricultura, destacando a lógica capitalista baseada na mundialização das mercadorias, e, sobretudo, do capital.

A mundialização do capital marcou o final do Século XX e marca o início do Século XXI. O final do socialismo nos países do leste europeu e a expansão das políticas neoliberais pelo mundo estão no centro deste processo. Os países com dívidas externas elevadas, particularmente aqueles do Terceiro Mundo, submeteram-se de forma pacífica às políticas neoliberais impostas pelo FMI – Fundo Monetário Internacional. No Brasil, esta implantação de políticas neoliberais foi marcada no início da década de 90 por dois planos de controle financeiro e combate à inflação. Primeiro foi o Plano Collor e seu confisco temporário do dinheiro depositado nos bancos. Depois da queda de Collor de Mello e, sua substituição pelo vice Itamar Franco, foi implantado o plano real de Fernando Henrique Cardoso e o domínio quase que absoluto das políticas neoliberais no Brasil. A consequência direta da expansão das culturas de exportação, particularmente da soja, e o crescimento da violência (massacres de Corumbiara e de Carajás) levaram os movimentos sociais a exercerem o direito da pressão social e política pela Reforma Agrária (OLIVEIRA, 2007, p. 146-7).

Vale destacar que, embora apresente a perversidade imposta pelo agronegócio nas suas múltiplas fases, Oliveira (2007) mostra várias saídas que o campesinato vem impondo ao lutar pelo território.

Há, desse modo, dois processos distintos que podem caminhar paralelamente mesmo que exista uma disputa desleal, visto as desigualdades socioeconômicas.

Mondragón (2008) aponta a ilusão dos biocombustíveis no contexto colombiano que encaixa para os demais contextos. A indagação fundante baseia-se nos produtos cultivados nos latifúndios, apontando que a rentabilidade dos agrocombustíveis é um mito, ou mais precisamente uma mentira que influi na renda da terra, na especulação dos preços da terra nas áreas com grandes projetos. Necessita-se, portanto, de um projeto alternativo que só é possível com a economia campesina. No caso colombiano, o Projeto Campesino-Indígena e Afro.

Sob a ótica do grande empreendimento, Carmona (2009) estuda o mercado futuro que proporciona a fixação do preço dos produtos, por meio de negociações de contratos que são liquidados em data futura, ao comprar ou vender mediante pregões da Bolsa de valores. O autor destaca que: “[...] o mercado futuro, portanto não substitui o mercado a termo, mas é um complemento que permite proteção contra variações adversas de preço do ativo (p. 74).”

Nesse contexto, as *commodities* são mercadorias com características específicas, tais como:

- 1) padronização: a *commodity* deve ser uma mercadoria com nível mínimo de variação;
- 2) pouca perecibilidade: normalmente a *commodity* deve ser armazenada ou transportada para entrega futura;
- 3) ampla escala de consumo: o produto exige grandes disponibilidades para negociação e transação;
- 4) o mercado de *commodities* deve ter um fluxo livre e negociado pelo preço de equilíbrio, isto é, pela oferta e demanda existente;
- 5) condição de matéria-prima ou semi-elaboração: a *commodity* não pode sofrer um complexo sistema de produção, pois sua disponibilidade

estaria afetada em caso de falha na cadeia produtiva (CARMONA, 2009, p. 76).

A discussão na ótica economicista pode propiciar certas arbitrariedades e também grandes possibilidades para aqueles que detêm o capital, fazendo com que o mesmo possa ser especulado nos mercados futuros<sup>4</sup>.

Na Tabela 2, podemos analisar as principais características dos contratos futuros de *commodities* agrícolas negociados na Bolsa de mercadorias e futuros (BM&F):

**Tabela 3: Especificações dos Contratos Futuros de Commodities Agropecuárias Negociados na BM&F.**

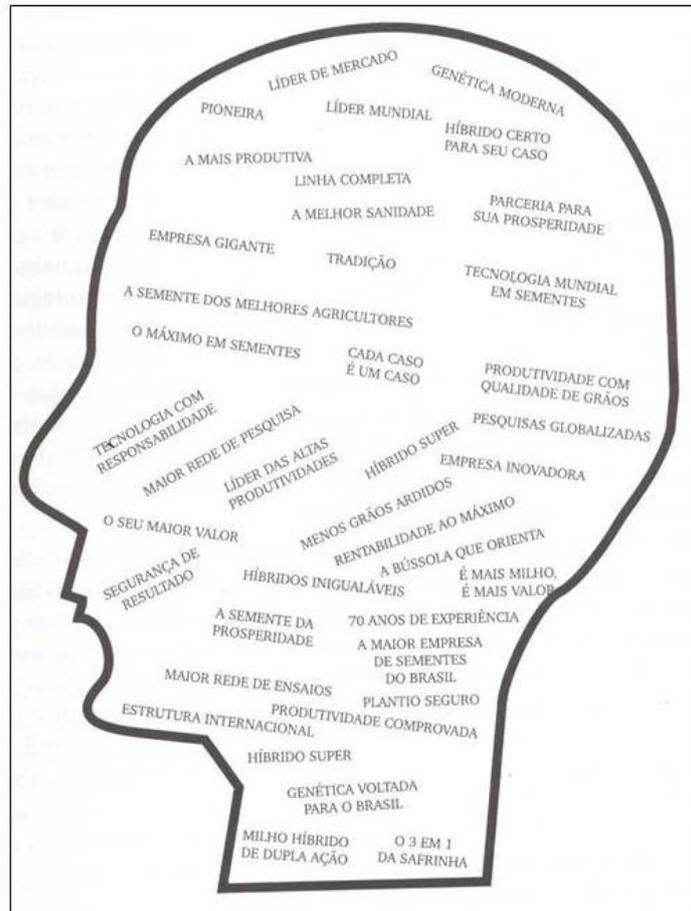
| Ativo-objeto          | Cotação   | Unidade de negociação (tamanho do contrato)                    | Meses de vencimento   | Data de vencimento e último dia de negociação                           |
|-----------------------|---|--|---|---|
| Açúcar cristal        | Dólares dos Estados Unidos da América por saca de 50 quilos líquidos, com duas casas decimais | 270 sacas de 50 quilos líquidos                                | Março, maio, agosto, outubro e dezembro                                 | Décimo quinto dia útil do mês anterior ao mês de vencimento do contrato |
| Boi gordo             | Reais por arroba líquida, com duas casas decimais   | 330 arrobas líquidas   | Todos os meses  | Último dia útil do mês de vencimento                                    |
| Algodão               | Centavos de dólar dos Estados Unidos da América por libra-peso, com duas casas decimais       | 12,5 toneladas métricas, equivalentes a 27.557,50 libras-pesos | Março, maio, julho, outubro e dezembro                                  | Décimo dia útil anterior ao primeiro dia do mês de vencimento           |
| Bezerro               | Reais por animal, com duas casas decimais   | 33 animais   | Fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro e outubro | Último dia útil do mês de vencimento                                    |
| Álcool Anidro         | Reais por metro cúbico (1.000 litros), com duas casas decimais                                | 30 metros cúbicos (30.000 litros)                              | Março, maio, agosto, outubro e dezembro                                 | Décimo quinto dia útil do mês anterior ao mês de vencimento do contrato |
| Café-Arábica          | Dólares dos Estados Unidos da América por saca de 60 quilos líquidos, com duas casas decimais | 100 sacas de 60 quilos líquidos                                | Março, maio, julho, setembro e dezembro                                 | Sexto dia útil anterior ao último dia do mês de vencimento              |
| Café-Robusta Conillon | Dólares dos Estados Unidos da América por saca de 60 quilos líquidos, com duas casas decimais | 250 sacas de 60 quilos líquidos                                | Janeiro, março, maio, julho, setembro e novembro                        | Último dia útil do mês de vencimento                                    |

Fonte: (BOLSA DE MERCADORIAS E FUTUROS 2003 *apud* CARMONA, 2009, p. 77).

Seguindo a mesma lógica, se insere o *marketing*, um aspecto primordial na “era da informação”, no qual os comerciais sobre o mercado assumem características ininterruptas, que bombardeiam os produtores com *slogan* dos novos conceitos e práticas a serem utilizados no campo. A partir da Figura 4, podemos observar a pressão apenas do segmento de sementes híbridas de milho.

<sup>4</sup> Segundo Teubal, 2008, p. 140: “Trata-se de um modelo cujo modo de funcionamento global, com predomínio de capital financeiro, orienta-se, em grande parte, rumo a uma especialização crescente em determinadas *commodities* orientadas para o mercado externo e com uma tendência à concentração em grandes unidades de exploração. Denominamos este modelo de agronegócio.”

**Figura 4: Pressão de Imagem no Mercado – Mapa Para o Segmento de Sementes Híbridas de Milho**



Fonte: (RC. W CONSULTORES s/d *apud* MEGIDO; XAVIER, 2003, p. 208).

Uma discussão pertinente que corrobora no processo de desenvolvimento do agronegócio se refere à Agricultura de precisão, baseada no Sistema de Informações Geográficas ou Georreferenciadas (SIG), que consiste na alocação de recursos financeiros, técnicos e ambientais para otimizar a produção.

Fazem, dessa forma, levantamentos das propriedades do solo, criam zonas de manejo, irrigação, separam talhões, corrigem o solo, aplicam fertilizantes e herbicidas buscando sempre a quantificação para reduzir os custos, mecanizar, monitorar e ter resultados elevados.

Na Figura 5, podemos acompanhar a transformação dos dados em informação no que tange às atividades agropecuárias.

**Figura 5: Transformando dados em Informações.**



Fonte: (MEGIDO; XAVIER, 2003, p. 125).

Uma discussão que ocorre simultaneamente ao agronegócio e às demais dimensões da produção mundializada da agricultura se refere à soberania alimentar, ou seja, à produção de energia por meio dos produtos agrícolas, leia-se gêneros alimentícios, os quais podem culminar em problemas no abastecimento do mercado interno. Por isso, temos que observar as dualidades existentes para viabilizar políticas públicas coniventes com um projeto nacional, enquadrando-se, portanto, num debate geopolítico conforme indicam Paulino e Almeida (2010, p. 94):

Por definição, a segurança alimentar passou a ser tarefa do mercado mundial, fortalecido por meio da ampla e deliberada desestruturação das práticas policultoras próprias da organização camponesa. Por ser eminentemente endógena, esta é pouco funcional aos desígnios da divisão do trabalho que esta escala de mercado pressupõe. Impõe-se, assim, a especialização produtiva como tônica do processo agrícola, como sua expressão máxima nas *commodities*, de modo a reafirmar a via monetária como fundante da existência humana, que prescinde cada vez menos da circulação global dos alimentos [...] Este é um mecanismo estrutural do capitalismo, logo, dos conflitos de classe, faz-se necessário pensá-lo também a partir da dimensão geopolítica, pois os países, por meio de seus pactos hegemônicos, adotam e preconizam receitas diferenciadas para o seu enfrentamento.

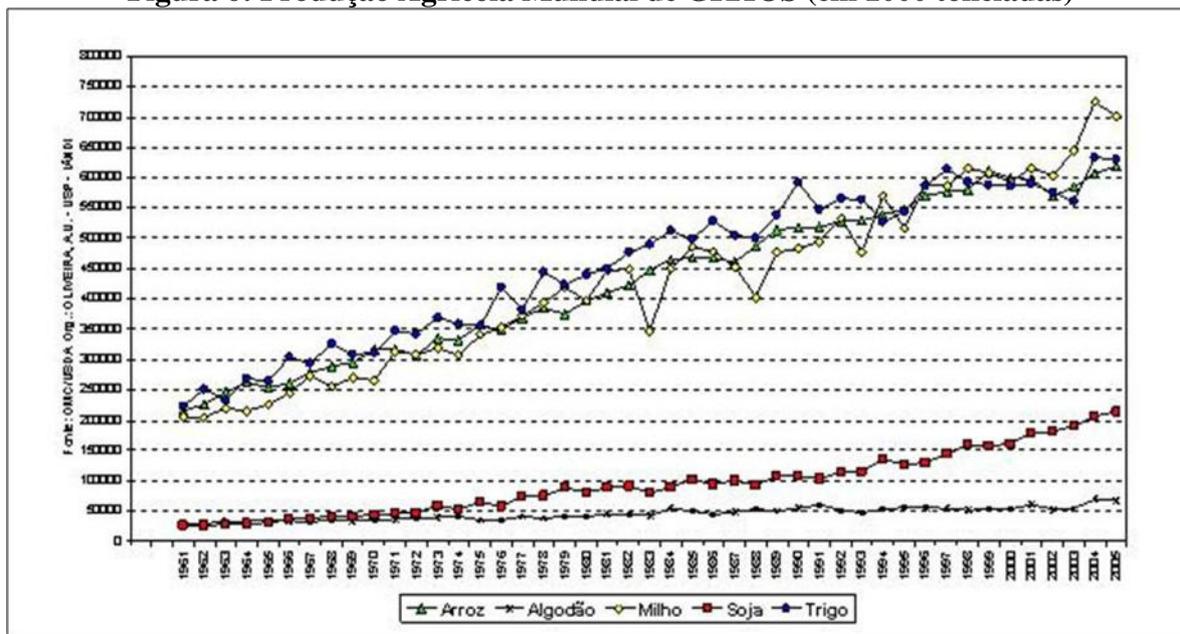
Trata-se de denominações diversas sobre a realidade, ora como agroenergia, ora como agrohidronegócio e agrocombustíveis, todos representam a complexidade que engloba o atual cenário geopolítico, pois a expansão das áreas com soja e cana sob as terras férteis está inviabilizando a cultura de alimentos.

As transformações recentes relativas ao setor sucroalcooleiro demonstram que este não é regulado pelo álcool, mas sim pelo açúcar, portanto, é uma mercadoria cuja lógica é regulada mundialmente: se compensa vender açúcar no mercado internacional, os usineiros

vendem; se o preço cai, controlam-no no mercado interno, que desde o Programa Proálcool, até as atuais políticas públicas de incentivo ao carro *flex*, observamos o incentivo às tecnologias “limpas” em consonância com o interesse dos grandes produtores.

Já na Figura 6, é possível analisar o crescimento do agronegócio do agrocombustível. Tal leitura nos revela possíveis limitações para a produção de alimentos, uma vez que a produção desde a década de 1990 não vem crescendo, ao contrário do que acontece com a cultura da cana e também de outros grãos.

**Figura 6: Produção Agrícola Mundial de GRÃOS (em 1000 toneladas)**



Fonte: (OLIVEIRA, 2009, p. 10).

Partindo do crescimento da produção voltado para o mercado internacional, podemos concluir que:

Os dados do IBGE entre 1990 e 2006 revelam a redução da produção dos alimentos imposta pela expansão da área plantada de cana-de-açúcar que cresceu neste período mais de 2,7 milhões de hectares. Tomando-se os municípios que tiveram a expansão de mais de 500 hectares de cana no período, verifica-se que neles ocorreu a redução de 261 mil hectares de feijão e 340 mil de arroz. Esta área reduzida poderia produzir 400 mil toneladas de feijão, ou seja, 12% da produção nacional e, um milhão de toneladas de arroz equivalente a 9% do total do país. Além, disso reduziram-se nestes municípios a produção de 460 milhões de litros de leite e mais de 4,5 milhões de cabeças de gado bovino. É importante destacar que embora a expansão esteja mais concentrada em São Paulo, ela já está também, no Paraná, Mato Grosso do Sul, Triângulo Mineiro, Goiás e Mato Grosso. E, também nestes estados, ela reduz à área de produção de alimentos agrícolas e desloca a pecuária na direção da Amazônia e de seu conseqüentemente desmatamento. Por isso, a expansão dos agrocombustíveis continuará a gerar a redução da produção de alimentos. Assim, não é demais lembrar que a produção dos três alimentos básicos no país, arroz, feijão e mandioca, também não crescem desde os anos noventa, e mais, o Brasil tornou-se o maior país importador de trigo do mundo. Portanto, o caminho para a saída da crise e da construção de uma

política de soberania alimentar continua sendo a realização de uma reforma agrária ampla, geral e massiva (OLIVEIRA, 2009, p. 15).

A publicação do Censo agropecuário 2006 revela um retrato da diversidade do Brasil agrário. Em destaque está a conceituação de agricultura familiar de acordo como a Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006, ao romper com a ideia de totalidade do agronegócio que imperava nos censos anteriores (1995-6).

Partindo deste censo, podemos verificar quem produz o quê, como produz e onde produz. É uma visão ampla principalmente para os meios de comunicação que apregoam a produção da agricultura camponesa - familiar como parte da produção do agronegócio.

Cabe, portanto, compreender o agronegócio como totalidade: é uma ideologia que destrói a agricultura camponesa ou familiar - o que o censo desconstrói, visto a distinção entre os projetos de desenvolvimento. Fica evidente que o agronegócio não incorpora o campesinato, ele acaba fortalecendo-o<sup>5</sup>.

O agronegócio é predominantemente produtor de *commodities*. A agricultura camponesa é predominantemente produtora de alimentos. Nesse sentido, a diferenciação entre as produções é essencial para compreensão do campo brasileiro.

A leitura do campesinato e do latifúndio, como aponta Oliveira (1987), deve ser feita dentro do capitalismo e não fora deste; nessa lógica, entendemos a territorialização do agronegócio que propicia a recriação do campesinato ao subordiná-lo em sua expansão capitalista. Tal dimensão fica evidente nos dados do IBGE, uma vez que os camponeses produzem em áreas menores. Portanto, podemos observar que a concentração da propriedade, ou seja, do monopólio fundiário, continua imperando no Brasil (BRASIL, 2009).

## Considerações finais

A discussão sobre o que é o agronegócio e o *agribusiness* pautou nossas reflexões a partir das implicações causadas por eles no âmbito brasileiro e mundial.

Dessa forma, são leituras imprescindíveis para compreensão do atual estágio vivenciado no campo. Entendemos que:

O agronegócio produz apenas uma parte dos alimentos. A outra parte é produzida pela agricultura camponesa ou familiar, ou ainda por pequenos produtores e sitiantes, como possam ser chamados os produtores não capitalistas. Essa parte, no geral, significa metade; no particular significa mais ou menos da metade. O agronegócio pode produzir mais cana, mas são os camponeses que produzem mais café e leite. O agronegócio pode produzir mais soja, mas são os camponeses que produzem mais feijão, mandioca, cebola e banana. [...] O agronegócio controla hoje no Brasil 300 milhões de hectares, todavia utiliza apenas 120 milhões. Restam 180 milhões de hectares

---

<sup>5</sup> Embora apresente como sinônimos a agricultura camponesa e familiar no âmbito desse estudo, tem-se clareza de que são discussões amplas e complexas no bojo da questão agrária brasileira. Por isso, a leitura de Fernandes (2001), Bombardi (2003) e Feliciano (2006) são essenciais para a compreensão desse paradigma; que embute projeções modernas, ou seja, apostaram que o camponês está sofrendo uma metamorfose para alcançar o moderno. “Nesse paradigma defende-se que o produtor familiar que utiliza os recursos técnicos e está **altamente** integrado ao mercado não é um camponês, mas sim um agricultor familiar. Desse modo, pode-se afirmar que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês. Criou-se, assim, um termo *supérfluo*, mas de reconhecida força teórico-política.” (FERNANDES, 2001, p. 29-30, grifo do autor).

para serem utilizados na reforma agrária voltada para a produção de alimentos (FERNANDES, 2008a, p. 01).

Partindo dessa diferenciação, podemos perceber que a produção de mercadorias de *commodities* nos revela que a lógica do capital não condiz com a produção de alimentos. Por essa razão, o campesinato se reproduz e continuará a se reproduzir na história.

Nesse sentido, a ideia do camponês francês José Bové continua atualizada ao afirmar que o mundo não é uma mercadoria. Essa relação explica o uso e desuso capitalista, na extração da mais valia e até mesmo na especulação histórica da qual Martins (1996, p. 32) relata de forma profícua: “A renda capitalizada no escravo transformava-se em renda territorial: num regime de terras livres, o trabalho tinha que ser cativo; num regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativa.”

São apropriações apregoadas sob a lógica avessa da acumulação, de uma sociedade dos empreendimentos, do negócio agroexportador que, simultaneamente, recria a questão camponesa numa longa marcha no mundo “moderno”, onde a terra e o território são passíveis de investigações amplas e complexas visto a produção da organização espacial mundializada tal como mencionado por Harvey (2006) ao discutir tais indagações baseado nos ideários marxistas, principalmente no que se refere à teoria da acumulação.

Essas modificações contraditórias e combinadas, as quais se manifestam num contexto histórico-geográfico, nos revelam a longa marcha histórica, onde coexistem “[...] a classe daqueles que usam a terra para extrair renda e lucro, e produzir dominação política; do outro, a classe dos camponeses que da terra precisa para viver. O resultado tem sido um território em disputa! (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 16).”

## Referências Bibliográficas

CALABI, D; INDOVINA, F. Sobre o uso capitalista do território. In: **Arquivo de Estudos Urbanos e Regionais**. Veneza, ano IV, n.2, junho 1973. (Mimeografado).

BOMBARDI, L. M. O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar. **Geosp – espaço e tempo**, São Paulo, n. 14, p. 107- 117, 2003.

\_\_\_\_\_. Impactos da Expansão da Cana no Estado de São Paulo. In: **XVI Encontro Nacional de Geógrafos**, 2010, Porto Alegre. Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos, 2010. p. 1-10.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri\\_familiar\\_2006/familia\\_censoagro2006.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/familia_censoagro2006.pdf)>. Acesso em: 2 nov. 2009.

CANUTO, A. Agronegócio – exclusão pela produtividade. In: CNBB. **Mutirão por um novo Brasil**: temas em debate. Brasília: CNBB, 2004.

CARMONA, C. U. de M. Fundamentos dos mercados futuros. In: CALLADO, A. A. C. (Org.) **Agronegócio**. São Paulo: Atlas, 2009.

FELICIANO, C. A. **Movimento camponês rebelde: a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

\_\_\_\_\_. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

\_\_\_\_\_. Cadê o agronegócio? Cadê os alimentos? In: **Correio da cidadania**. Disponível em: <[http://www.correiodacidade.com.br/index2.php?option=com\\_content&do\\_pdf=1&id=174](http://www.correiodacidade.com.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=174)>. Acesso em: 10 mai. 2008a.

\_\_\_\_\_. **O novo nome é agribusiness**. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/Onomeeagribusiness.pdf>>. Acesso em: 2 mar. 2010.

GIRADI, P. E.; FERNANDES, B. M. **Territorialização da soja no Brasil: 1990-2002**. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/Territorializacaodasoja.pdf>>. Acesso em: 2 mar. 2010.

GRATÃO, L. H. B. (Agri)cultura cerradeira e agronegócio: olhar de alerta e grito de conservação. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.

MARTINS, J. de S. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MEGIDO, J. L. T.; XAVIER, C. **Marketing e agribusiness**. São Paulo: Atlas, 2003.

MONDRAGÓN, H. Colômbia: a “colheita” paramilitar. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MONTOYA, M. A.; GUILHOTO, J. J. M. O agronegócio brasileiro entre 1959 e 1995: dimensão econômica, mudança estrutural e tendências. In: MONTOYA, Marco Antonio, PARRÉ, J. L. (Org.). **O agronegócio brasileiro no final do século XX**; Estrutura produtiva, arquitetura organizacional e tendências. Passo Fundo: UPF, 2000, v. 1.

PAIVA JÚNIOR, F. G. Empreendedorismo e competência do gestor no agronegócio. In: CALLADO, A. A. C. (Org.) **Agronegócio**. São Paulo: Atlas, 2009.

PAULINO, E. T.; ALMEIDA, R. A. de. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular: 2010.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1987.

\_\_\_\_\_. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra livre**, São Paulo, ano 19, v. 2, n. 2, p. 113-156, jul.-dez., 2003.

\_\_\_\_\_. A Amazônia e a nova geografia da produção da soja. **Terra livre**, São Paulo, ano 22, v. 1, n. 26, p. 13-43, jan.-jun., 2006.

\_\_\_\_\_. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: Labur Edições, 2007.

\_\_\_\_\_. Os agrocombustíveis e a produção de alimentos. **Anais do XII EGAL**, 2009. Disponível em: [http://egal2009.easyplanners.info/area06/6194\\_OLIVEIRA\\_Ariovaldo\\_Umbelino.doc](http://egal2009.easyplanners.info/area06/6194_OLIVEIRA_Ariovaldo_Umbelino.doc). Acesso em: 2 ago. 2009.

TEUBAL, M. O campesinato frente à expansão dos agronegócios na América Latina. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs). **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

WELCH, C; FERNANDES, B. M. Agricultura e Mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs). **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

WELCH, C. **Agribusiness: uma breve história do modelo norteamericano.** Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/CliffAgronegocios.pdf>>. Acesso em: 2 mar. 2010.